



A educação permanente em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil: desafios no contexto da pandemia da COVID-19

Continuing education in a children'S CAPS: challenges in the context of the COVID-19 pandemic

Juliana Magrini Bernardi ¹
Félix Miguel Nascimento Guazina ²

RESUMO

A educação permanente em saúde, como um processo de aprendizagem no serviço, visa a transformar as práticas de trabalho, o que permite aos profissionais refletir sobre os problemas na saúde buscando soluções criativas para superá-los. O Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) onde foi desenvolvida a pesquisa, atende crianças e adolescentes com transtorno mental grave a persistente, sendo realizadas as práticas de cuidado a saúde por uma equipe multiprofissional. Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve por objetivo compreender e conhecer possíveis estratégias de educação permanente em um CAPSi com os profissionais do serviço na conjuntura da pandemia, a partir de uma entrevista semiestruturada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com 10 servidores, para compreender o entendimento dos profissionais sobre o tema como também analisar se a prática da educação permanente está sendo realizada no serviço. Como resultados, percebeu-se que a maioria dos profissionais evidenciam a importância do tema educação permanente como formação pessoal e profissional para um melhor resultado nos serviços de saúde, entretanto, não buscam momentos de reflexão e aprendizado visando a superação dos problemas de saúde. **Palavras-chave:** formação continuada; educação em saúde; saúde mental.

ABSTRACT

As a service-learning process, continuing health education aims to transform work practices, allowing professionals to reflect on health problems by seeking creative solutions to overcome them. The Children'S CAPS, where the research was developed, serves children and adolescents with severe to persistent mental disorders using healthcare practices performed by a multidisciplinary team. From this perspective, the present research aimed to understand and discover possible strategies for continuing education in Children's CAPS with service professionals in the context of the pandemic based on a semi-structured interview. This is a qualitative, descriptive, and exploratory research conducted with ten employees to perceive the professionals' understanding of the subject and analyze whether the practice of continuing education is done in the service. Most professionals showed the importance of continuing education as personal and professional training for better health service results. However, they do not seek moments of reflection and learning aimed at overcoming health problems. **Keywords:** continuing education; health education; mental health.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Maria. Possui Especialização no Programa de Pós-graduação em Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Franciscana e também Especialização em Gestão em Serviço Social e Projetos Sociais pela Faveni-Faculdade Venda Nova do Imigrante.
<http://lattes.cnpq.br/0993562117637728>
juuhmagrini@hotmail.com

² Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Psicologia Clínica com ênfase em saúde comunitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano (2005). Atualmente é docente da Universidade Franciscana (UFN), da cidade de Santa Maria-RS. Coordenador do Laboratório de Práticas em Psicologia da UFN. Coordenador da Residência Multiprofissional de Saúde Mental da UFN. Atua nas áreas de saúde mental, psicologia social, saúde coletiva e psicologia clínica.
<https://orcid.org/0000-0002-1683-2317>
<http://lattes.cnpq.br/3970257564112934>
guazina@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa parte de um projeto integrado desenvolvido por residentes da área de Psicologia, Terapia Ocupacional e do Serviço Social, sendo analisado conforme as experiências de atuação profissional como residentes de saúde mental em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) no interior do estado do Rio Grande do Sul durante a pandemia COVID-19.

A Reforma Psiquiátrica trouxe transformações, fundamentais, para o tratamento aos usuários que estavam em sofrimento mental na sociedade. Em 1970, a assistência ofertada era centrada nos hospitais psiquiátricos, no saber médico, marcado pela violência, além de não garantir direitos a este público (BERLINCK; MAGTAZ; TEIXEIRA, 2008). A Lei nº 10.216 de 2001 foi sancionada para que as pessoas com algum transtorno mental tivessem direitos e proteção, inserindo esses usuários em outros serviços alternativos substituindo desse modo, o tratamento exclusivo nos manicômios (BRASIL. Ministério da Saúde, 2001).

Com a evolução do Sistema Único de Saúde (SUS), foi ampliado a oferta de serviços de saúde, reafirmando a responsabilidade por um cuidado integral, apresentando a estratégia de organização do sistema em Redes de Atenção à Saúde (RAS). Como RAS são entendidos os “arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado” (BRASIL. Ministério da Saúde, 2010, p. 2), sendo ofertados atendimentos para cada condição específica de saúde.

Uma das redes temáticas da RAS é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que foi criada pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011, recomendando um atendimento direcionado para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso nocivo de álcool e outras drogas. A RAPS propõe uma forma de os usuários circularem pelos pontos de atenção à saúde, ampliando a oferta de cuidado (BRASIL. Ministério da Saúde, 2011).

Como forma alternativa de serviço psiquiátrico, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que aos poucos ganharam força com a Portaria GM nº 336/2002. Os CAPS são serviços caracterizados por serem realizados no território, com o apoio interdisciplinar, tendo o objetivo de atender o público com transtorno mental severo e persistente em diferentes níveis de intensidade. Segundo esta Portaria existem diversas modalidades de CAPS e cada um conforme sua complexidade, sendo no presente artigo o CAPSi que ganhara maior ênfase (BRASIL. Ministério da Saúde, 2002).

O CAPSi é um centro de atenção psicossocial que atende crianças e adolescentes com comprometimento mental grave ou persistente. Tem a finalidade de dar uma atenção à saúde contínua e integral, trabalhando de forma interdisciplinar e em rede (LYKOUROPOULOS; PÉCHY, 2016). O tratamento ofertado em um CAPSi requer uma equipe com diferentes núcleos profissionais para que todos os saberes sejam incorporados no processo de tratamento ao usuário.

Em um CAPSi que acolhe demandas tanto de crianças e adolescentes como de seus familiares,



é fundamental que os profissionais estejam capacitados e que ocorra contato efetivo, boa comunicação e troca de conhecimento (BARBOSA *et al.*, 2016). É necessário, uma construção compartilhada com ações coletivas de trabalho, exigindo do trabalhador que ele busque e tenha um momento em seu cotidiano de serviço, viabilizando o que propõe a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde de 2004 é “uma estratégia pedagógica para a experiência da problematização e da invenção de problemas” (CECCIM, 2005, p. 175; SARDINHA PEIXOTO *et al.*, 2013). Esta Política objetiva que os trabalhadores desenvolvam sua formação e problematizem conjuntamente possibilidades para enfrentar os problemas que surgem nos serviços de saúde (BRASIL. Ministério da Saúde, 2006; BRASIL. Ministério da Saúde, 2007; BRASIL. Ministério da Saúde, 2009).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) busca enriquecer o exercício profissional, relacionando de maneira estratégica a teoria com a prática, pretendendo alcançar novos conhecimentos através da demanda da população atendida. Desse modo, o profissional deve buscar estar em constante aprimoramento, problematizando suas ações, para que o fazer profissional e o alcance ao tratamento ofertado ao usuário seja transformador, pela construção de novas práticas assistenciais, soluções criativas, como também, às necessidades de saúde sejam atendidas (PASCHOAL; MANTOVANI; MÉIER, 2007; BORBA; FERNANDES, 2020).

No espaço de trabalho ocorre a troca de informações, de conhecimentos e de aprendizagens entre os trabalhadores, o que favorece a transformação dos processos formativos e das práticas pedagógicas (EZEQUIEL *et al.*, 2012). Com o trabalho em equipe é possível reconhecer as necessidades locais de saúde e implementar um cuidado em saúde de qualidade, necessitando assim que os profissionais estejam preparados para atender as demandas que surgem no cotidiano (BRASIL. Ministério da Saúde, 2014).

A pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) vem trazendo muitas mudanças tanto na vida dos brasileiros como também nos processos de trabalho, ocasionando sofrimentos mentais, físicos e econômicos, exigindo cuidados específicos para evitar a transmissão da doença, sendo um deles o distanciamento social (ALENCAR *et al.*, 2020; SARRETA *et al.*, 2016). O trabalho com crianças, especificamente, requer um contato mais próximo, o que foi reduzido em função da pandemia, exigindo que o profissional busque maneiras de se aprimorar para atender a nova demanda de questões psicossociais que surgiu com esta pandemia (BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

O artigo tem como objetivo compreender e conhecer possíveis estratégias de educação permanente em um CAPSi com os profissionais do serviço na conjuntura da pandemia.



METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório. Busca compreender a realidade através da observação, compreensão, reflexão, formando dados através da interpretação, trabalhando com um universo de significados (MINAYO, 2008).

O estudo ocorreu em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil, no interior do Rio Grande do Sul, a cidade possui um estimado de 261.031 pessoas, sendo apenas um CAPSi para atender todo o público de crianças e adolescentes que ali habitam (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A pesquisa tem como objeto de exploração a compreensão dos profissionais do serviço sobre a educação permanente.

Para tanto, a amostra foi composta por 10 profissionais do serviço, sendo 1 assistente social, 2 psicólogos, 1 terapeuta ocupacional, 1 fonoaudiólogo, 1 técnico de enfermagem, 1 pedagoga, 1 agente administrativo, 1 arteterapeuta e 1 educadora física. Considerou-se amostragem intencional, sendo que algumas especialidades como enfermeiro e farmacêutico não possuem na instituição, sendo suprida essa falta apenas por residentes.

A categoria do médico é uma lacuna presente na instituição, em que a função é desempenhada por profissionais contratados apenas por atendimentos efetuados, ao qual, por opção própria, não participam do convívio com os outros profissionais. Sendo assim, foram selecionados somente aqueles que estão envolvidos no cotidiano do serviço e desempenham o seu trabalho de forma não eventual.

A entrevista semiestruturada tinha a intencionalidade de ser “um caminho estratégico de mediação, possibilitando o conhecimento e o reconhecimento das necessidades sociais dos sujeitos entrevistados” (CRAVEIRO, 2018, p. 215). Buscou-se, dessa forma, conhecer e compreender se os profissionais do CAPS Infantil possuem momentos onde realizam a educação permanente como aprendizagem cotidiana.

Para a realização, foi formulado um questionário com perguntas semiestruturadas, com questões abertas, sendo abordado conteúdos norteadores para possíveis relações e percepções a respeito do tema central da pesquisa. Possuindo como conteúdo: “Entendimento dos profissionais sobre EP”; “Se ações que intensificam a proposta da EP são realizadas na instituição”; “Como a Educação Permanente poderia contribuir nos processos de trabalho durante a pandemia COVID-19 no serviço CAPS Infantil” e por fim, “se em sua percepção a EP fortalece o trabalho em equipe”.

As perguntas foram preestabelecidas e as falas foram registradas por um gravador e posteriormente transcritas na íntegra e passaram por uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A entrevista possibilita que o pesquisador obtenha informações da realidade vivenciada pelo pesquisado e, de acordo com Haguette (1997, p. 86): “a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.



A pesquisa só teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade Franciscana sob número CAAE 45358021.1.0000.5306 por meio da Plataforma Brasil. O estudo seguiu as exigências do Ministério da Saúde e diretrizes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão de literatura e da análise das entrevistas, percebeu-se a importância da realização da educação permanente nos processos de trabalho. A educação permanente como política vem possibilitar, que o trabalho seja realizado de uma maneira interdisciplinar, fazendo com que os serviços de saúde não sejam centrados em modelos biomédicos. Ela favorece a troca entre os saberes de cada núcleo profissional, produzindo novos questionamentos, reflexão e discussão (PINHEIRO; HYPÓLITO; KANTORSKI, 2019; SOUZA; COSTA, 2019).

Mesmo com ações desenvolvidas em 2004, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde (PRÓ-SAÚDE) e o Programa da Educação pelo Trabalho (PET Saúde) entre outros incentivos, a política de educação permanente sofre um enfraquecimento em suas práticas, pois acaba não ocorrendo uma organização nos processos de trabalho para essa experiência (PINTO *et al.*, 2010; SILVA *et al.*, 2016).

A proposta da EPS não está sendo realizada no cotidiano da equipe do CAPSi. Foi observado que a pandemia COVID-19 afetou a prática de trabalho, abalando também a saúde dos trabalhadores. Os participantes relatam ainda o grande desafio no acolhimento de casos, até então, pouco frequentes como a tentativa e ideação suicida, autismo infantil, que aumentaram no período da pandemia que desse modo, demanda do profissional um preparo constante para receber o público, fazendo com que assim não se sintam preparados para receber os usuários, sendo desafiados a adaptar-se então, a essa nova realidade (MAGRINI; HOMERCHER; VIEIRA, 2020).

A pandemia afetou um dos principais objetivos da EPS que é incorporar o aprender e o ensinar em um processo de relação entre a educação e a saúde no cotidiano do serviço, estimulando o protagonismo do trabalhador nesse cenário e qualificando os processos de trabalho, o que possibilita mudanças nos comportamentos e condutas a partir do conhecimento de ações crítico-reflexivas e participativas (BRASIL. Ministério da Saúde, 2018). Com a rotina do serviço acabando sempre com as mesmas práticas sem pensar em desenvolver novos conhecimentos e possibilidades, o serviço acaba por buscar uma transformação institucional e não em situações-problema como as demandas dos usuários (BRASIL. Ministério da Saúde, 2019).

A seguir consta os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

Tabela 1- Dados dos profissionais da instituição CAPS Infantil

Servidor	Sexo	Idade	Formação/cargo	Tempo de serviço no CAPS
S1	Feminino	49	Licenciatura plena em Educação Física	10 anos



S2	Masculino	30	Técnico de Enfermagem	3 anos
S3	Feminino	37	Psicóloga	2 anos
S4	Feminino	62	Assistente Social	12 anos
S5	Feminino	37	Fonoaudióloga	8 anos
S6	Masculino	56	Técnico em saúde mental	9 anos
S7	Feminino	50	Psicóloga	4 anos
S8	Feminino	31	Terapeuta ocupacional	3 anos
S9	Feminino	51	Professora de educação artística	15 anos
S10	Feminino	61	Pedagoga	3 anos

Fonte: Construção do Autor, 2021

Essas transformações que ocorreram no decorrer deste período indicam a necessidade de mudança no modo de formação dos profissionais de saúde.

A percepção dos profissionais sobre a educação permanente em saúde

Os profissionais que foram entrevistados no CAPSi, quando questionados primeiramente sobre o que eles entendiam por Educação Permanente, trouxeram relatos como:

“educação permanente é aquela formação que te dá uma atualização, que te deixa mais apto pro trabalho, que consegue te atualizar para praticar boas intervenções junto com os pacientes, a educação permanente deveria ser a chave de todo o processo de trabalho porque hoje né nós temos muitas descobertas a coisa é muito rápida e o processo de trabalho é muito rápido [...]” (S4).

“É um processo que a gente faz de pensar a nossa prática através da teoria, então a educação permanente é algo que tá inserido né? Deveria estar inserido no nosso trabalho como um dos componentes do nosso trabalho que seria a parte de tu poder parar pra pensar, fazer uma crítica e aprender mais também sobre o teu próprio trabalho” (S3).

Percebe-se que o entendimento sobre o referido tema da pesquisa, é compreendido pelos profissionais. Entretanto, não está sendo aplicado no cotidiano de trabalho, ocasionando uma certa acomodação entre os trabalhadores gerando então o desestímulo.

Nota-se isso nas perguntas que buscaram compreender se a EP está sendo realizada no serviço e como essa ação poderia contribuir durante a pandemia COVID-19 no CAPSi:

“ está sendo realizado menos do que deveria” (S2)

“ não, assim eu acho que os residentes estudam em razão da residência mas em relação aos funcionários fica muito individual, quem quer busca, não está instituído no serviço isso como algo para acontecer periodicamente, fica a cargo de cada um” (S7)

“não está sendo realizadas ações, eu acho que a gente fala muito sobre isso, mas na prática não acontece nada” (S9).



Observou-se que no período de coleta dos dados desta pesquisa, no primeiro ano de pandemia, os espaços coletivos para a construção de momentos de reflexão, questionamentos e trocas entre os servidores não estavam sendo realizados. Ocorreu que a EPS ficou somente na teoria e os trabalhadores mencionaram alguns problemas para a aplicabilidade da EPS.

Dentre estes problemas foram citados: a falta de incentivo financeiro, reconhecimento por parte dos gestores, longos períodos exaustivos de trabalho fazendo com que a equipe fique sobrecarregada e inviabilizada de atingir outros objetivos a não ser atender a demanda e também por a gestão do serviço direcionar não para as práticas formativas e sim somente a atividades de trabalho, acabaram por exercer uma prática individualista, sem saber, muitas vezes, como agir nos processos de trabalho em demandas que requer um conhecimento ampliado.

No momento de pandemia, surgiram novas demandas pelos usuários, exigindo do profissional, atualização constante de seu conhecimento teórico, metodológico, científico e tecnológico como também uma melhor atuação conjunta entre os trabalhadores. A educação permanente, por sua vez, mostra-se fundamental para que os processos de trabalho sejam mais resolutivos e com qualidade:

“Acho que deveria ser mais importante ainda porque em tempos de pandemia a gente restringiu muito os atendimentos né então nesse caso poderia se utilizar mais ainda o espaço pra se estudar e inclusive algo que pra nós todos é novo, essa pandemia nos trouxe muita novidade [...] muitos desafios, para podermos nos reinventar, formas de atendimento para o usuário, outros meios, outros métodos” (S6)

“Bom a pandemia nos deslocou totalmente do nosso fazer, no início a gente não sabia nem como íamos nos aproximar dos pacientes, eu acho que se a gente tivesse interlocução com os serviços, uma troca com as unidades com outros CAPS [...] imagina que troca a gente teria, mas isso teria que partir do nosso gestor [...] acho muito pouco investimento da coordenação para que tu tenha essa capacidade para responder as demandas” (S4)

Desse modo, percebe-se que a partir da realidade vivenciada não estão ocorrendo exercícios de ensino-aprendizagem para que os trabalhadores produzam conhecimento de forma compartilhada, buscando resoluções tanto para a área da gestão, como para o atendimento. O trabalho em equipe também se mostra fragilizado, sendo realizado o fazer profissional de uma maneira totalmente individualizada, como relatam os entrevistados, o que seria diferente se ocorresse a educação permanente na instituição como o trabalho em equipe seria mais fortalecido.

“para ser pensado na mesma linha, na mesma lógica” (S5)

“É fundamental ter essa educação permanente para que a gente possa discutir casos ou até rever questões [...] não tem como seguir o trabalho sem tu estar trocando conhecimento, experiência [...] o quanto podemos avançar nos atendimentos” (S1)

A inclusão de residentes multiprofissionais de saúde no serviço contribui para o incentivo ao desenvolvimento de trocas, reflexões e momentos de aprendizado juntamente com os servidores,



sendo assim, buscam estratégias de transformação das práticas de saúde. Novos indivíduos instigam a problematizar questões e romper com práticas rotineiras, sendo ativadores de processos de mudanças.

“Eu sempre procuro trazer novidades, instigar as pessoas trabalhei muito tempo dentro da residência cai na residência quando eu não sabia nada [...], não sabia sobre gestão mas fui lá me instiguei a aprender [...], não podemos nos contentar; devemos sempre nos questionar; devemos sempre nos cobrar [...]” (S4).

Percebe-se pelos relatos que os trabalhadores estão desenvolvendo suas práticas de uma maneira mecanizada, sem problematizá-las com os colegas, sem ocorrer uma reflexão buscando encontrar soluções conjuntamente, fazendo com que não desenvolvam capacidade de crítica. Sendo assim, acaba por não ocorrer um aprimoramento do saber-fazer, ao qual é através do fazer que surgem inquietações para aprimorar o saber.

Também foi possível constatar que entre os profissionais entrevistados o assistente social foi aquele que mais apresentou interesse de transformação das práticas nos processos entre trabalhador-educação-gestão como mostrou-se mais incomodado com a realidade no ambiente de trabalho. Um dos fatores para essa questão seria porque o assistente social é um profissional que possui um perfil questionador e com capacidade de analisar a realidade de uma maneira crítica, ao qual, é uma profissão que se modifica ao transformar as condições em que acontece o seu desenvolvimento, constando em seu Código de Ética que é necessário “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar” (BRASIL. Ministério da Saúde, 2012, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática profissional nos serviços de saúde mental requer do trabalhador uma postura inovadora, conjunto de conhecimentos e capacidade para enfrentar a demanda que é agravada em um contexto de pandemia. O profissional que ali atua acaba por estar habituado a grande demanda, agindo de maneira mecanizada sem o questionamento de sua atuação como também sem desenvolver um trabalho interdisciplinar.

A COVID-19 impactou a realidade, ocasionando uma crise em diversos setores da sociedade como também refletiu sobre o cenário atual dos serviços de saúde mental, trazendo muitos desafios, como mencionado anteriormente, para o ambiente de trabalho. Desse modo, em um contexto como esse de mudanças, desafios, obstáculos a serem enfrentados, enfatiza a notável relevância da EPS como possibilidade para buscar solucionar situações através da articulação dos profissionais do serviço como também da rede e a comunidade.

O espaço de trabalho pensado como um local também de aprendizagem, em que cada saber é valorizado, faz com que o exercício profissional construa respostas, ampliando o atendimento às necessidades de saúde mental. Não havendo esse processo, a qualidade dos serviços prestados acaba por desenvolver-se fragilmente e o saber teórico-metodológico como também prático-operativo sen-



A educação permanente em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil: desafios no contexto da pandemia da COVID-19 do aplicado de forma insegura.

A educação permanente propõe que o profissional busque soluções para os problemas que são identificados no serviço. A equipe precisa compreender a realidade do dia a dia e, conjuntamente, procurar alternativas para ofertar um atendimento qualificado e resolutivo. Essa pesquisa foi uma oportunidade de escuta dos profissionais sobre um tema tão importante e que foi pouco debatido no serviço no período da pandemia. Criou um espaço para questionamentos entre os trabalhadores sobre a necessidade de momentos de troca, que foi ampliando também para outros serviços da rede.

Por fim, sugere-se que uma das vias de fortalecimento da EPS no serviço, seria promoção de espaços de diálogo, para discussão das dificuldades e possíveis aprendizados no trabalho. Como também os gestores deveriam prover recursos financeiros para essas atividades, para que os profissionais pudessem contemplar um aprendizado necessário e significativo, oferecendo uma melhor qualidade no trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. C. S. *et al.* Serviço social e educação permanente frente ao covid-19: social service and permanent education in front of covid-19. *Cadernos ESP*, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 167-171, 2020. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/391/233>. Acesso em: 22 fev 2022.

BARBOSA, C. L. *et al.* O desafio cotidiano de ser equipe em um caps. In: RIBEIRO, E. L.; LYKOUROPOULOS, C. B. *O Capsi e o desafio da gestão em rede*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. França: Press University of France, 1977.

BERLINCK, M. T.; MAGTAZ, A. C.; TEIXEIRA, M. A. Reforma psiquiátrica brasileira: perspectivas e problemas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 21-28, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142008000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/3wsBnYKDjF5jvnRQkmmpj4s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BORBA, M. P.; FERNANDES, R. M. C. Serviço social e poder judiciário: aproximações com uma agenda de educação permanente. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 155-173, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.206>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss-soc/a/hbqh9hgc7Sg5FpJz8vgKnWF/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Educação permanente em saúde: reconhecer a produção local de cotidianos de saúde e ativar práticas colaborativas de aprendizagem e de entrelaçamento de saberes*. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei nº 10.216, de 06.04.2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.



Brasília, DF: Presidência da República, 6 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.996/GM, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da política nacional de educação permanente em saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 34-38, 22 ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2006. V. 9. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Planejamento das ações de educação permanente em saúde no Sistema Único de Saúde*: orientações. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_planejamento_acoes_educacao_permanente.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010*. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 23 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 19 fev. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Recomendações para gestores*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

CECCIM, R. B. R. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. *Interface (Botucatu): Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 175-177, set. 2004/ fev. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZyHhFfVKJwkykf8vBm8zTXv/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CRAVEIRO, A. V. *A entrevista no serviço social*. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

EZEQUIEL, M. C. D. G. *et al.* Estudantes e usuários avaliam ferramenta de educação permanente em saúde - Sieps. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, DF, v. 36, n. 1, p. 112-130, 2012. Supl. 2. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000300017>. Disponível em: <https://>



www.scielo.br/j/rbem/a/wqSCM7HZHZh8FyH99QPbvJx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2022.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*: Banco de Dados agregados do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE; Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 22 fev. 2022.

LYKOUROPOULOS, C. B.; PÉCHY, S. H. S. O que é um Capsi? In: RIBEIRO, E. L.; LYKOUROPOULOS, C. B. *O Capsi e o desafio da gestão em rede*. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MAGRINI, J. M.; HOMERCHER, B. M.; VIEIRA, M. V. O impacto da pandemia Covid-19 em um serviço de saúde mental de atenção psicossocial infantojuvenil. In: SERPIN, 5, 2020, São Paulo. SENPINF, 3, 2020, São Paulo. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinfsenpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/60.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social, teoria, método e criatividade*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes: Petrópolis, 2008.

OLIVEIRA, H. C. *et al.* Equipamento de proteção individual na pandemia por coronavírus: treinamento com prática deliberada em ciclos rápidos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 73, 2020. Supl. 2. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0303>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/reben/a/c8RNDcJWsQx5jqFrzHLGDYt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PASCHOAL, A. S.; MANTOVANI, M. F.; MÉIER, M. J. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 478-484, set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342007000300019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/784kG9kynTz8ytKF5Xnyv-FF/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PINHEIRO, M. C. C.; HYPÓLITO, A. L. M.; KANTORSKI, L. P. Educação permanente no processo de trabalho em saúde mental. *Journal of Nursing and Health*, Pelotas, v. 9, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/JONAH.V9I2.13661>. Disponível: <https://docs.bvsalud.org/biblio-ref/2019/12/1047262/2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PINTO, E. E. P. *et al.* Desdobramentos da educação permanente em saúde no município de Vitória, Espírito Santo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 77-96, 2010. DOI: [10.1590/S1981-77462010000100005](https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000100005). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/kmcXdbfTgjKs-BGG3xzShPGF/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SARRETA, F. O. *et al.* Serviço social e educação permanente em saúde: a potencialidade para integração ensino-serviço. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, Uberaba, v.



4, n. 1, p. 17-25, 2016. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/1529>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SARDINHA PEIXOTO, L. *et al.* Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos. *Enfermería Global*, v. 29, n. 1, p. 307-323, 2013. DOI: <https://doi.org/10.6018/eglobal.12.1.141801> Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n29/pt_revision1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

SILVA, L. A. A. *et al.* Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 765-781, 2016. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00015>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. Educação permanente em saúde na formação da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública. *Saúde em Debate*, Londrina, v. 43, n. esp., p. 116-126, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019s110>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZF8Gg-M4MQjZVKskXS8BdGmN/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Editor responsável: Rodrigo de Oliveira Azevedo

Recebido em 08 de Abril de 2022.

Aceito em 05 de Dezembro de 2022.

Publicado em 09 de Dezembro de 2022.

Como referenciar este artigo (ABNT):

BERNARDI, Juliana Magrini; GUAZINA, Félix M. Nascimento. A educação permanente em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil: desafios no contexto da pandemia da COVID-19. *Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 67-78, 2022.

